



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 86ª reunião, realizada em 19 de agosto de 2015

1 Em 19 de agosto de 2015, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no
3 auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
5 membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas, representante
6 da SEMAD; Wagner Santos Fani, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); José Guilherme Ramos, da Secretaria de
8 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Wesley Antônio Tadeu
9 Monteiro Cantelmo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional,
10 Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Lidiane Carvalho de
11 Campos, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (Setop);
12 Gibran Conde Guedes, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Mauro da
13 Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Sarah Aurichio
14 Lopes Cordeiro Ribeiro, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
15 Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG);
16 Marco Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
17 Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, do
18 Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – representantes do
19 poder público; Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do
20 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da
21 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
22 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores
23 na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira,
24 da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de
25 Minas Gerais (Federaminas); Fábio Henrique Vieira Figueiredo, do Sindicato
26 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra); Leila Margareth
27 Möller, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes);
28 Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional de Engenharia e
29 Agronomia de Minas Gerais (Crea) / Luiz Carlos Silva Machado, da Ordem
30 dos Advogados do Brasil (OAB); Lígia Vial Vasconcelos, da Associação
31 Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas
32 Corujo, do Instituto de Estudos Pró-Cidadania (PróCittá); Ronaldo Rajão
33 Santiago, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) –
34 representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta.** 1) **HINO**
35 **NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** O
36 presidente André Luis Ruas declarou aberta a 86ª reunião da Câmara
37 Normativa e Recursal. 3) **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**

38 **ASSUNTOS GERAIS.** Presidente André Luis Ruas: “Das questões de
39 Assuntos Gerais, na reunião passada, uma é sobre consulta à Advocacia
40 Geral do Estado sobre prescrição dos autos de infração lavrados pelo
41 Sisema. A dúvida era que estávamos julgando autos de infração lavrados há
42 muitos anos, alguns há mais de dez anos. Surgiu a dúvida quanto à questão
43 se esses autos não prescreveriam. Seguimos a orientação de dois pareceres
44 da Advocacia Geral do Estado. Só que temos uma decisão do Supremo
45 Tribunal Federal a respeito da prescrição de autos que talvez suscitasse a
46 revisão desses autos. A SEMAD encaminhou uma consulta à Assessoria
47 Jurídica para que fosse encaminhada à Advocacia Geral do Estado. A
48 consulta foi encaminhada, e a assessoria jurídica solicitou complementação
49 de algumas informações. Então não tivemos tempo hábil para trazer uma
50 resposta aos senhores conselheiros nesta reunião. Assim que tivermos a
51 resposta da AGE, nós iremos trazer para a discussão dos conselheiros.
52 Outro item que foi pedido pelos senhores conselheiros foi um levantamento
53 da SEMAD quanto à paridade dos conselheiros das URCs do COPAM. A
54 dúvida seria a questão, dentro do mandato atual, pelo fato de algumas
55 cadeiras estarem vagas, de que talvez houvesse uma quebra da paridade.
56 Então nós fizemos um levantamento de todas as dez URCs, de quais
57 cadeiras encontram-se vagas e quais estão ocupadas, para aferir se houve
58 essa quebra da paridade. São dez membros do poder público e dez
59 membros da sociedade civil.” Em seguida, Vânia Mara de Souza Sarmiento,
60 diretora de Coordenação e Apoio às Unidades Colegiadas (Dcauc/SEMAD),
61 fez apresentação detalhada da composição das Unidades Regionais
62 Colegiadas do COPAM. Após a exposição da diretora da SEMAD, foram
63 registradas considerações e novas consultas, conforme descrito a seguir.
64 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu vi que em duas URCs não tem
65 o Ibama, que foi substituído pela Setop. São duas instituições, a meu ver,
66 órgãos governamentais, com objetivos institucionais completamente
67 diversos. Não tem absolutamente nada a ver o objetivo institucional do Ibama
68 com o da Setop, o que também atrapalha a questão de paridade. Ter a Setop
69 e a Sedru dentro do mesmo conselho me parece que é um desequilíbrio de
70 paridade na manutenção representativa dos objetivos. Na teoria, nós
71 conhecemos essa configuração sociedade civil, organização
72 socioambiental... E gostaria que, se possível, na informação que vocês irão
73 nos enviar, discriminassem qual instituição está ocupando cada uma das
74 representatividades da sociedade civil, eletivas. O objeto do meu
75 questionamento da outra vez não foi nem a questão da paridade formal, mas
76 de alguma instituição estar ocupando uma cadeira determinada na norma
77 para determinada finalidade e estar sendo representada por outra com outro
78 tipo de objetivo, embora seja democrático. Vou citar o exemplo de alguém
79 que está na cadeira de ONG ambiental e está defendendo alguma instituição
80 cujo objetivo institucional seja apoio ao setor produtivo, ou vice-versa. É esse

81 tipo de desequilíbrio fático, não formal, que me preocupa. Então, se vocês
82 puderem, na relação que nos enviarem, especificar qual instituição e qual
83 representante está representando cada uma, isso facilitaria demais o nosso
84 trabalho.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Coincidentemente, onde foi
85 retirada a cadeira do Ibama e colocada a Setop, são nas URCs onde nós
86 temos o maior problema com supressão de mata atlântica no Estado.
87 Jequitinhonha, onde estamos com problema detectado pela SOS Mata
88 Atlântica, onde estão as grandes supressões irregulares do Estado; e o Norte
89 de Minas, onde estão concentradas as grandes áreas com conservação de
90 biodiversidade, com presença de mata seca, inclusive. Ou seja, eu entendo
91 que a presença do Ibama nessas URCs ainda seria mais fundamental,
92 considerando a necessidade de anuência do órgão para supressão de mata
93 atlântica.” Conselheiro Marco Aurélio Moreira: “A minha dúvida eu até
94 coloquei ontem na URC Paraopeba. Me preocupa muito, o triênio vence no
95 ano que vem e já tem várias cadeiras, vários conselheiros excluídos. A meu
96 ver, isso não é bom para o sistema, para o COPAM. Eu gostaria que tivesse
97 sempre presença 100%. Eu não vi no regimento a questão das reuniões
98 extraordinárias. Na minha opinião, não deveria ser contabilizado em termos
99 de falta, quando isso ocorrer, para as penalidades. Houve, recentemente,
100 uma reunião ordinária e outra extraordinária, e quem faltou já foi penalizado,
101 imediatamente. E isso aconteceu até na reunião de ontem. Então eu gostaria
102 de fazer uma consulta para que fosse respondida nesse e-mail sobre falta
103 em reuniões extraordinárias, que, na minha opinião, não deveria ser
104 contabilizada para efeito dessa contagem e respectiva penalidade.”
105 Conselheiro Ronaldo Rajão Santiago: “Em relação às justificativas das
106 ausências, o regimento é omissivo. Como a SEMAD tem trabalhado com essa
107 questão? A primeira questão é se há possibilidade de se justificar uma
108 ausência. Eu adianto o meu caso da última reunião, que ocorreu no dia 22 de
109 julho. Assim que recebi a comunicação, por volta dos dias 16 e 17 de julho,
110 eu encaminhei pelo mesmo e-mail a minha impossibilidade de comparecer,
111 derivada de uma questão legal. Porque a minha cadeira é ocupada por
112 representantes das entidades de pesquisa e ensino, e todos os três
113 conselheiros são professores de entidades privadas. Nós temos uma
114 convenção coletiva de trabalho que estabelece recessos escolares em dois
115 períodos do ano: a segunda quinzena de julho e a semana que vai do Natal
116 ao Ano Novo. Nesses dois períodos do ano, todos os professores dessas
117 instituições privadas em Minas Gerais – essa convenção coletiva de trabalho
118 vai até 2017 – são proibidos de realizar qualquer serviço. Então se estou
119 aqui representando a PUC Minas, eu não poderia estar aqui no dia 22,
120 porque estaria descumprindo uma convenção coletiva de trabalho, que é lei.
121 Eu encaminhei essa justificativa, antes da reunião, e me surpreendi hoje
122 quando o reitor me chamou para que eu pudesse justificar a minha falta no
123 dia 22 de julho, porque ele recebeu um ofício da SEMAD comunicando que a

124 entidade não estava presente. Alguém poderia dizer que, como titular, eu
125 poderia ter comunicado ao suplente. Ocorre que, no meu caso, a minha
126 suplente tem a mesma vedação. Eu não poderia exigir dela que cumprisse
127 algo que eu mesmo não poderia cumprir, já sabendo que ela, como
128 professora da UNA, também não poderia comparecer. Então, já perguntando
129 se há possibilidade de justificativa, eu gostaria de solicitar duas coisas. Que
130 na medida do possível, considerando que existe essa vedação na nossa
131 cadeira neste mandato, não se designassem reuniões nesses dois períodos,
132 ou seja, na última quinzena de julho e na semana que vai do Natal ao Ano
133 Novo. Não sendo possível, por questões de agenda e necessidade, que já se
134 considerasse essa justificativa da convenção coletiva de trabalho do Sinpro e
135 Sinep 2015/2017.” Presidente André Luis Ruas: “O Artigo 74 do regimento
136 diz que os casos omissos serão resolvidos pelo presidente do COPAM ad
137 referendum do Plenário. Então a minha proposta é de que esses casos
138 excepcionais, que fogem à regra, sejam levados para o presidente do
139 COPAM, o secretário de Estado, para que ele delibere sobre o procedimento
140 que será adotado. Salvo esses casos excepcionais, a regra permanece: duas
141 faltas seguidas ou quatro faltas alternadas no triênio.” Conselheiro Fábio
142 Henrique Vieira Figueiredo: “No Sindiextra, nós estamos nessa situação. O
143 titular nem o suplente puderam vir para aquela reunião marcada,
144 extraordinária, e ontem apresentamos um ofício ao secretário expondo essa
145 situação e a dificuldade decorrente. A motivação já foi feita, e agora temos
146 que aguardar a decisão no caso específico.” Vânia Mara de Souza
147 Sarmiento, diretora de Coordenação e Apoio às Unidades Colegiadas
148 (Dcauc/SEMAD): “Eu só queria lembrar que este regimento interno foi
149 aprovado no Plenário do COPAM em 2012, apresentado em todas as
150 unidades colegiadas do COPAM, bem como em todas as Câmaras
151 Temáticas, na CNR, até ser aprovado no Plenário do COPAM. Nós tínhamos
152 a DN 30, anteriormente, e realmente não se aplicava. Várias reuniões não
153 conseguimos realizar por falta de quorum. Então, quando esta DN foi
154 aprovada, ela veio com essa ideia de abolir velhas práticas. E a ausência
155 justificada, na época em que a DN estava sendo elaborada, foi discutida
156 nesse sentido mesmo. Não existe falta justificada, até mesmo porque foram
157 trabalhadas as figuras do titular e da suplência. Na ausência de um, o outro
158 substitui. Como secretaria executiva, nós tentamos, exaustivamente, entrar
159 em contato com todos os conselheiros. Se o titular não pode, mesmo não
160 tendo essa figura, nós conversamos com o conselheiro. Porque não é uma
161 entidade ou outra faltar, mas buscamos mesmo essa paridade, com várias
162 formações, e cada um trabalhando e buscando, dentro do que nós estamos
163 deliberando, trazer aquilo que tem de melhor para contribuir para o meio
164 ambiente.” Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Nós aprovamos a
165 norma desse jeito justamente porque ela tinha abertura para justificativa em
166 situações excepcionais, que precisam ser consideradas. O meu caso eu

167 acho que é o mais emblemático, e eu não recebi resposta até hoje. Eu só me
168 ausentei uma vez. Era uma reunião do Paraopeba, que aconteceria de
169 manhã, e a minha filha nasceu às 5h. Eu mandei a justificativa com a
170 Certidão de Nascimento, e até hoje não tive resposta. Eu fiquei acordado de
171 madrugada e não tinha como acionar ninguém para me substituir às 8h. Eu
172 acho que mais que excepcional do que isso, se não for considerado, alguma
173 coisa está errada na interpretação da norma.” Geraldo Vitor de Abreu,
174 subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada: “Nós tivemos
175 no mês de julho, um encontro da Associação Brasileira de Entidades
176 Estaduais de Meio Ambiente (Abema), e na pauta do encontro, que durou
177 três dias, estava a discussão de uma proposta que a Abema encaminhou ao
178 Conama de alteração da Resolução 01/86 e da 237, que são as principais
179 resoluções que dispõem sobre o licenciamento ambiental no Brasil. A Abema
180 processou esse diálogo nesse encontro e, na última reunião do Conselho,
181 realizada no início deste mês, nós apresentamos à direção executiva do
182 Conama a proposta da Abema, que deve ser agora processada dentro do
183 Conama. A expectativa é que consigamos ter uma nova norma até o final
184 deste ano ou início do próximo ano. A outra questão é que tivemos também
185 na reunião do Conama uma resolução aprovada que dispõe sobre os
186 aeroportos regionais do Brasil. Em Minas Gerais, nós temos 33 aeroportos.
187 Essa resolução já foi aprovada, salvo engano, já está disponível no site do
188 Conama, e provavelmente nós deveremos ter que fazer ajuste nas nossas
189 deliberações também para tratar da nossa norma estadual, buscando
190 sintonia com essa nova resolução do Conama. São dois assuntos
191 importantes, e eu acho que o COPAM precisa processar esse diálogo que
192 está ocorrendo no âmbito nacional, uma vez que altera toda a regra do
193 licenciamento no país.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu
194 gostaria de agradecer pelas respostas sobre as reuniões passadas, sobre o
195 voto da SEMAD e a prescrição, e também aderir a esse pedido a respeito
196 dos casos excepcionais nas faltas. E nós esperamos a resposta da AGE, no
197 caso da prescrição, e nesses casos, da SEMAD.” Conselheiro Eduardo
198 Antônio Arantes do Nascimento: “Na última reunião do COPAM, foi
199 apresentada pela SEMAD a questão do desmatamento. Dentro do conjunto
200 de medidas, eu propus a titulação das áreas daqueles dez municípios com
201 maior desmatamento ilegal. Na última sexta-feira, nós fizemos uma reunião
202 com o diretor de Fiscalização da SEMAD, o Heitor, o secretário adjunto da
203 Agricultura Familiar. Porque a Secretaria da Agricultura Familiar agora é
204 responsável pela titulação até 250 hectares em Minas Gerais. O secretário
205 adjunto foi muito receptivo, entende que esse entendimento entre as duas
206 secretarias é necessário. Agora ele disse que, para este ano, já acertaram
207 em nível de governo, que irão tentar fazer 2.000 titulações. Acredite quem
208 quiser, mas é a tentativa. De qualquer maneira, ficou acertado que a SEMAD
209 deveria mandar, nesta semana, a relação dos dez municípios; ele vai

210 levantar o que tem de demanda desses dez municípios, demandas
211 individuais, requeridas. Havendo, eventualmente, uma suplementação
212 orçamentária, tentaria fazer neste ano as demandas já existentes no órgão.
213 E garantir no PPAG para o ano que vem; rubricar esses dez municípios
214 como estimativa de meta. Só como comentário, pelo que vi da discussão das
215 faltas, está muito rigoroso. Tem de ver como se pode fazer essa questão,
216 porque tem de compreender que tem casos que são justificados. É uma
217 coisa de bom senso. Se não, cria-se uma situação em que perde todo
218 mundo.” Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu gostaria de fazer um
219 apelo para que esse mesmo raciocínio que a Secretaria tem em relação à
220 Resolução Conama 01 e à 237 seja aplicado em relação ao licenciamento
221 ambiental no Estado. Que pudesse ser trazido a este Conselho, antes de o
222 Estado bater o martelo na primeira proposta, que fosse trazido e debatido
223 pelo Conselho, especialmente pela CNR, para que possamos tentar
224 contribuir com a visão das nossas instituições sobre qual seria a melhor
225 maneira de ajudar na nova formatação do licenciamento no Estado.” **4)**
226 **EXAME DA ATA DA 85ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 85ª
227 reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 22 de julho de 2015,
228 com abstenções dos conselheiros Luiz Henrique Passos Rezende, Maria
229 Teresa Viana de Freitas Corujo, Lígia Vial Vasconcelos, Marco Túlio Simões
230 Coelho e Ronaldo Rajão Santiago. **5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO**
231 **NORMATIVA COPAM QUE ALTERA A DN Nº 146, DE 30 DE ABRIL DE**
232 **2010, QUE DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL PARA**
233 **INTERVENÇÃO EM CGH OU PCH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Minuta
234 de Deliberação Normativa aprovada por unanimidade nos termos da
235 proposta apresentada pela SEMAD, com o seguinte destaque: – Aprovada a
236 inclusão do Parágrafo Único no Artigo 3º com alteração da redação proposta
237 pela SEMAD: “Os processos de Licença de Operação Corretiva de
238 empreendimentos ou atividades instalados ou em operação em período
239 anterior a 25 de junho de 2008, com potência de até 3 MW, já formalizados e
240 ainda sem decisão definitiva, poderão ser reorientados para AAF. **6) MINUTA**
241 **DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM QUE DISPÕE SOBRE A**
242 **OCUPAÇÃO ANTRÓPICA CONSOLIDADA EM ÁREAS DE**
243 **PRESERVAÇÃO PERMANENTE, URBANAS E RURAIS, E DÁ OUTRAS**
244 **PROVIDÊNCIAS.** Minuta de Deliberação Normativa retirada de pauta com
245 pedido de vista do conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch e vista conjunta
246 solicitada pelos conselheiros Carlos Alberto Santos Oliveira, Fábio Henrique
247 Vieira Figueiredo, Thiago Rodrigues Cavalcanti e Wesley Antônio Tadeu
248 Monteiro Cantelmo. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
249 **RECURSO DE LICENCIAMENTO. 7.1) Gerdau Aços Longos S/A.**
250 **Fazendas Biluca, Gameleira, Porto Alegre e Bom Retiro. Silvicultura.**
251 **Buritizeiro e Santa Fé de Minas/MG. PA 10158/2006/002/2011.** Processo
252 retirado de pauta com pedido de vista do conselheiro Thiago Rodrigues

253 Cavalcanti e vista conjunta solicitada pelo conselheiro Mauro da Fonseca
254 Ellovitch. **8) PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE**
255 **AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS NO ANO DE 2015. Apresentação:**
256 **SEMAD.** O diretor de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Eventos
257 Críticos, Rodrigo Bueno Belo, apresentou à Câmara a programação das
258 ações de prevenção e combate aos incêndios florestais para o ano de 2015,
259 destacando as perspectivas climáticas, as medidas a serem adotadas e a
260 previsão de recursos. Em seguida, prestou esclarecimentos solicitados pelos
261 conselheiros. Segue síntese de manifestações registradas durante a
262 discussão deste item. O conselheiro Fábio Henrique Vieira Figueiredo propôs
263 que os recursos destinados pelo Sindiextra entrassem no orçamento do
264 próximo ano. “Nessa linha de coordenação entre o Estado e a sociedade
265 civil, eu gostaria de propor como meta que, no ano que vem, nós consigamos
266 contar com o Estado como interveniente assinando convênio com o
267 Sindiextra. Neste ano, o Sindiextra recebeu recursos da iniciativa privada e,
268 por sua vez, contratou a Amda e mais uma entidade para disponibilizar os
269 brigadistas. O nosso interesse era ter a oportunidade de assinar esse
270 convênio com o Estado. Eu gostaria de propor que comecemos a trabalhar
271 desde já, para que não tenhamos esse tipo de contratempo e que o recurso
272 disponibilizado possa compor esse orçamento que está sendo apresentado.”
273 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu queria só constar em ata o meu
274 elogio à equipe atual e até à anterior da fiscalização da SEMAD, da Sucfis.
275 Tanto a equipe do doutor Marcelo quanto da doutora Daniela, na época,
276 como a equipe do doutor Bruno, o pessoal do Previncêndio. Foi gritante a
277 melhora, não de qualidade, porque sabemos que tinham todas as
278 dificuldades, mas a organização e o empenho dessas duas equipes da
279 Sucfis, que refletiu diretamente na nossa atividade fim. O tempo de resposta
280 de atendimento a requisições diminuiu demais. A qualidade das informações
281 que estão sendo prestadas hoje em dia é muito mais completa, o
282 Previncêndio é um exemplo disso. Então eu queria deixar de público o meu
283 elogio a essas equipes, a todos os profissionais envolvidos. Nós sabemos
284 que estamos longe do ideal, mas a melhora foi sensível e merece todo o
285 elogio do mundo. Eu queria aproveitar para dar mais um puxão de orelhas na
286 SEMAD. Esses R\$ 16 milhões vão fazer falta, não dá para contingenciar com
287 emergência, não dá para contingenciar com incêndio, então vamos correr
288 atrás dessa suplementação.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Eu queria
289 elogiar, nós sabemos que de, uns anos para cá, o Previncêndio teve uma
290 melhora. Nós reconhecemos que a melhora é muito grande. Até os dados,
291 agora é que estamos conseguindo levantar de forma mais precisa, para
292 termos controle, a partir desses anos mais recentes. Aproveitando esse
293 gancho da questão das brigadas voluntárias e das brigadas com o setor
294 produtivo, a Amda tem feito muitas parcerias com o setor produtivo e tem
295 também as brigadas voluntárias em parceria com o próprio Estado. Eu acho

296 que esse é o caminho da conservação. Nós sabemos que esses incêndios
297 florestais hoje são umas das grandes mazelas da conservação. Todo mundo
298 sabe que não adianta nada criar as unidades de conservação. Em todo ano,
299 elas pegam fogo, e às vezes queima a unidade inteira. Ou seja, se não
300 investirmos nisso, nós vamos continuar perdendo área protegida no Estado.
301 Quero aproveitar para elogiar a atuação dos bombeiros. Reclamamos,
302 durante muito tempo, a falta de um setor especializado do Corpo de
303 Bombeiros para combate a incêndio florestal. Estamos vendo neste ano, em
304 campo, como estão engajados, como estão chegando às áreas. Então eu
305 queria aproveitar para deixar esses elogios e os parabéns.” Conselheiro
306 Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu queria me alinhar aos cumprimentos. O
307 tempo da apresentação já dá a importância do tema apresentado.” O
308 conselheiro destacou ainda as regiões de Salinas e Paracatu como
309 fundamentais também no aspecto de logística, citando que havia um
310 convênio entre CPRM, Codemig e Secretaria de Desenvolvimento
311 Econômico. O conselheiro se colocou ainda à disposição para colaborar na
312 interlocução com a diretoria do Conselho Regional de Engenharia e
313 Agronomia (Crea) nas negociações para a celebração de termo de
314 cooperação com a Copasa, considerando que o diretor da companhia para a
315 área Norte do Estado é o atual vice-presidente do Crea. Conselheiro
316 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “A exposição foi ótima. Agora é
317 fundamental: precisa-se de R\$ 27 milhões e tem-se R\$ 13 milhões. É um
318 déficit nominal de 50%. Em todos os órgãos de governo, estão sendo
319 elaboradas propostas orçamentárias. Todos em geral terão um déficit frente
320 à disponibilidade orçamentária.” Nesse sentido, o conselheiro sugeriu que a
321 SEMAD apresente a proposta orçamentária do meio ambiente para ser
322 avaliada e avalizada pela CNR. “Todas as secretarias enviarão para a
323 Seplag, e é um tipo de avaliação. Quando vai para a Assembleia, a nossa
324 margem, enquanto entidade para propor emenda popular, é pequena. E, sem
325 discussão, nós também vamos escolher. Se a Seplag recebe uma proposta
326 que o COPAM validou ou fez algumas observações, tem mais força. É
327 importante mostrar que, para as entidades da sociedade, é necessário
328 aumentar o recurso para a política ambiental.” **9) ENCERRAMENTO.** Não
329 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente André Luis Ruas
330 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente André Luis Ruas